



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE DE 2024**  
(Deputado MARCOS TAVARES)

*Requer informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre a licitação aberta pela Aeronáutica para a compra de alimentos de luxo, como picanha, camarão e salmão, incluindo os critérios de necessidade, justificativas e análise de custo-benefício.*

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), solicito a V. Exa. que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, para que forneça informações detalhadas e atualizadas sobre a licitação aberta pela Aeronáutica para a compra de alimentos de luxo, como picanha, camarão e salmão, incluindo os critérios de necessidade, justificativas e análise de custo-benefício.

Essas perguntas são projetadas para garantir que o Ministério da Defesa forneça esclarecimentos detalhados sobre a licitação, abordando questões de necessidade, justificativa, processo de compra, análise de custo-benefício e responsabilidade fiscal, e garantindo que todas as ações estejam alinhadas com o interesse público e as melhores práticas de governança.

- 1. Quais critérios específicos foram utilizados para determinar a necessidade de aquisição de alimentos de luxo, como picanha, camarão e salmão, para o consumo da Aeronáutica? Esses alimentos foram classificados como essenciais para a alimentação dos militares? Se sim, com base em quais normativas ou diretrizes internas?**
- 2. Existe algum documento oficial que justifique a**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

- necessidade de aquisição desses itens específicos em vez de opções mais econômicas e nutritivas? Qual é o racional para a escolha desses alimentos?
3. Como foi estruturado o processo de licitação para a compra desses alimentos? Quais foram os critérios técnicos e financeiros adotados para a seleção dos fornecedores?
  4. Quantas empresas participaram da licitação e quais foram os critérios de avaliação utilizados para garantir a competitividade e a transparência do processo? Foram adotadas práticas de auditoria externa para garantir a integridade do processo licitatório?
  5. Foi realizada uma análise de custo-benefício antes da abertura da licitação para a compra desses alimentos? Se sim, quais foram os resultados dessa análise e como eles justificam a compra de itens de luxo como picanha, camarão e salmão?
  6. Considerando o impacto orçamentário dessa compra, houve alguma avaliação de alternativas mais econômicas que poderiam atender às necessidades nutricionais sem incorrer em despesas excessivas? Quais critérios foram considerados na análise dessas alternativas?
  7. A compra desses alimentos de luxo está em conformidade com as normas e diretrizes internas da Aeronáutica e do Ministério da Defesa? Existem regulamentos específicos que autorizam a compra de itens considerados de luxo para consumo interno? Se sim, quais são esses regulamentos e como eles foram aplicados neste caso?
  8. Houve alguma consulta a órgãos de controle interno ou externo, como o Tribunal de Contas da





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

- União (TCU), para validar a conformidade e a justificativa dessa aquisição com as melhores práticas de governança e responsabilidade fiscal?
9. Qual é o impacto orçamentário estimado da compra desses alimentos de luxo no orçamento total da Aeronáutica? Essa compra compromete outros investimentos prioritários, como manutenção de aeronaves, treinamento de pessoal ou modernização de infraestrutura?
  10. Existe um plano de mitigação de riscos financeiros associado a essa compra? Quais medidas estão sendo adotadas para garantir que essa despesa não prejudique outras áreas críticas dentro do orçamento do Ministério da Defesa?
  11. Considerando o valor elevado da licitação, quais medidas estão sendo tomadas para garantir a transparência e a prestação de contas à sociedade sobre essa despesa? Existe algum plano para comunicar a justificativa dessa compra à população e aos órgãos de fiscalização?
  12. Quais mecanismos de controle interno foram aplicados para assegurar que a aquisição está em conformidade com os princípios de eficiência, eficácia e economicidade no uso dos recursos públicos?
  13. Foi considerada a percepção pública sobre a compra de alimentos de luxo com recursos públicos, especialmente em um contexto de restrições orçamentárias e demandas crescentes por serviços públicos essenciais? Quais medidas foram tomadas para avaliar e mitigar possíveis impactos negativos na imagem da Aeronáutica e na confiança pública?





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

**14. Como a Aeronáutica planeja responder a possíveis críticas públicas sobre o uso de recursos para a compra de alimentos de luxo em vez de destinar esses recursos para outras prioridades mais urgentes e justificáveis?**

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

**MARCOS TAVARES**  
**Deputado Federal**  
**PDT-RJ**

Apresentação: 25/10/2024 16:46:54.223 - Mesa

**RIC n.4027/2024**



\* C D 2 4 4 3 0 7 4 2 0 4 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

**JUSTIFICAÇÃO**

Este requerimento de informações sobre a licitação aberta pela Aeronáutica para a compra de alimentos, incluindo itens de luxo como picanha, salmão e camarão, justifica-se pela necessidade de garantir a transparência, a responsabilidade fiscal e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

O uso de quase R\$ 10 milhões de recursos públicos para a aquisição de alimentos de luxo, como picanha, salmão e camarão, levanta questionamentos sobre a prioridade e a necessidade de tais despesas, especialmente considerando o contexto atual de restrições orçamentárias e a existência de diversas necessidades urgentes em outras áreas do setor público. A transparência na alocação desses recursos é essencial para garantir a confiança da população na administração pública e assegurar que os gastos sejam justificados, necessários e proporcionais às prioridades nacionais.

A justificativa para a compra de alimentos de luxo, em detrimento de opções mais econômicas, precisa ser claramente estabelecida. Em um cenário de contenção de despesas e necessidade de investimentos em infraestrutura, manutenção, treinamento e outros itens essenciais para a defesa nacional, é crucial entender por que esses alimentos foram considerados prioritários para o consumo interno da Aeronáutica. Uma avaliação clara da necessidade e prioridade desse gasto é fundamental para uma gestão eficaz dos recursos públicos e para a garantia de que os mesmos estão sendo utilizados de maneira a promover o bem-estar coletivo.

A justificativa deve incluir informações sobre qualquer análise de custo-benefício realizada antes da decisão de compra desses alimentos. É importante esclarecer se foi considerada a relação custo-benefício em comparação com a compra de itens mais essenciais e econômicos, que poderiam oferecer nutrição adequada aos militares sem o custo elevado associado aos alimentos de luxo. A análise de impacto orçamentário é fundamental para assegurar que essa despesa não comprometa outras áreas críticas dentro do orçamento da Aeronáutica.

A compra de alimentos de luxo deve estar em conformidade com as normas internas e os procedimentos de aquisição da Aeronáutica e do





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

Ministério da Defesa. Este requerimento busca entender se essa aquisição foi realizada em conformidade com as diretrizes e regulamentos aplicáveis e se foram observados todos os procedimentos de controle interno para evitar desperdícios e garantir o uso eficiente dos recursos públicos. A conformidade com as normas internas também assegura que todas as aquisições sejam feitas de maneira justa, ética e transparente.

A responsabilidade fiscal é um princípio fundamental na administração pública, especialmente em tempos de restrições orçamentárias. Gastos elevados com itens de luxo podem ser percebidos como inadequados ou excessivos, especialmente quando recursos são necessários para outras prioridades nacionais. Este requerimento visa assegurar que o Ministério da Defesa e a Aeronáutica estejam aderindo aos princípios de responsabilidade fiscal e governança pública, garantindo que cada despesa seja justificada, necessária e proporcional.

O uso de recursos públicos para a compra de itens de luxo, como picanha, salmão e camarão, pode ter um impacto significativo na confiança pública e na imagem institucional da Aeronáutica. É essencial que o Ministério da Defesa explique claramente as razões para essa despesa, a fim de evitar a percepção de uso inadequado de recursos públicos e para manter a confiança da população nas Forças Armadas. A justificativa adequada é necessária para mitigar possíveis danos à imagem institucional e para garantir o apoio contínuo da sociedade.

Este requerimento de informação é essencial para garantir a transparência e a responsabilidade no uso dos recursos públicos pela Aeronáutica. A obtenção dessas informações permitirá uma avaliação criteriosa das práticas de aquisição e do uso dos recursos públicos, assegurando que as decisões sejam tomadas de maneira responsável e em alinhamento com as prioridades nacionais e o interesse público.

Sala das Sessões, em                    de                    de 2024.

**MARCOS TAVARES**  
**Deputado Federal**  
**PDT-RJ**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

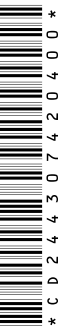
Apresentação: 25/10/2024 16:46:54.223 - Mesa

**RIC n.4027/2024**



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 611 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF  
Contato: (61) 3215-5611 e-mail: [dep.marcostavares@camara.leg.br](mailto:dep.marcostavares@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244307420400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Tavares



\* C D 2 4 4 3 0 7 4 2 0 4 0 0 \*